

## ABORDAGENS SOCIOLOGICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Nildo Viana\*

---

Os movimentos sociais emergiram como tema de pesquisa e reflexões acadêmicas de forma mais desenvolvida a partir dos anos 1950. Antes disso, era um tema pouco abordado e raramente aparecia como questão central. A produção nascente sobre movimentos sociais, bem como a posterior, é predominantemente ideológica, no sentido marxista do termo. Assim, temos a constituição de ideologias que abordam os movimentos sociais e busca explicá-los, mas, no fundo, invertem a realidade e geram mais confusão do que esclarecimento. Essa é uma das formas de relação dos movimentos sociais e as ideologias, que é quando estas se debruçam sobre esse fenômeno social. Outra forma é a influência das ideologias sobre os movimentos sociais. Uma terceira forma é a criação de ideologias pelos próprios movimentos sociais. O nosso

---

\* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG); Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB); Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo (USP).

objetivo será tratar apenas das interpretações ideológicas dos movimentos sociais, deixando a questão da influência das ideologias sobre eles e a produção de ideologias por intelectuais autóctones ou alóctones, para outra oportunidade.

O volume de produção ideológica sobre os movimentos sociais é enorme e por isso não será possível abordar todas. Por isso vamos selecionar algumas abordagens desse fenômeno social. Nos limitaremos a tratar das concepções de movimentos sociais que são consideradas “sociológicas” e que são mais desenvolvidas, bem como mais reconhecidas contemporaneamente. Assim, vamos destacar algumas abordagens, mas isso não impedirá de citar outras fora da seleção definida. Escolhemos três abordagens: a abordagem institucionalista, a abordagem neoinstitucionalista e a abordagem culturalista.

Antes de iniciar, no entanto, é preciso realizar o esclarecimento conceitual, explicitando o que entendemos por ideologia e abordagens, bem como movimentos sociais. Usamos o conceito de ideologia elaborado por Marx (MARX e ENGELS, 1982), cujo significado é sistema de pensamento ilusório. Enquanto sistema de pensamento, a ideologia é um pensamento complexo, tal como a ciência, a filosofia, a teologia. Ela é produzida pelos especialistas no trabalho intelectual e surge com a divisão entre este e o trabalho manual (MARX e ENGELS, 1982). Definimos por abordagem como um modo de interpretar a realidade

através de um enfoque temático e analítico. Desta forma, uma abordagem pressupõe determinadas escolhas (temáticas e analíticas) por parte do pesquisador. Existem abordagens sistemáticas, constituindo ideologias, mas também existem abordagens semissistemáticas, que possuem uma sistematicidade limitada (é o caso de abordagens doutrinárias, como a anarquista, por exemplo), e que podem constituir semi-ideologias. As abordagens sistemáticas são ideologias que enfocam um tema delimitado e possui um processo analítico específico para o fenômeno definido pelo enfoque. A sociologia de Durkheim, por exemplo, é uma abordagem sistemática, uma ideologia. As abordagens semissistemáticas não possuem maior sistematicidade, gerando um enfoque analítico e temático sem maior desdobramento e embasamento ideológico. Quando, no âmbito das ciências particulares, a sistematicidade de uma abordagem é limitada, nós as distinguimos das ideologias, tal como no caso da abordagem das representações sociais (VIANA, 2008), que alguns pretendem que seja uma “teoria” ou “disciplina” específica, mas no fundo não possui sistematicidade para ser considerada uma ideologia<sup>1</sup>.

Outro conceito importante é o de movimentos sociais. Cada abordagem dos movimentos sociais

---

<sup>1</sup> Serge Moscovici depois tentou fornecer embasamento ideológico para sua concepção, produzindo obra sobre “sociedade”, mas isso foi posterior e requer análise para ver se conseguiu efetivar tal projeto.

apresentará uma definição própria (ou, em certos casos, desenvolverá um construto ou noção, enquanto que alguns nem sequer apresentam uma definição, mostrando o seu pouco desenvolvimento analítico). Porém, para quem faz a análise crítica das abordagens sociológicas dos movimentos sociais, é necessário delimitar quais fenômenos reais entende que o conceito de movimentos sociais abrange. Ou seja, uma coisa é o fenômeno real, outra coisa é o termo usado para abordá-lo. Mas existe um outro complicador que é o termo pode ser usado para tratar de distintos fenômenos reais. Em outras palavras, é preciso explicitar a que fenômenos sociais nos referimos quando usamos o conceito de movimentos sociais, pois isto gera a diferenciação com outros usos do termo que apontam para outros fenômenos sociais. Desta forma, é preciso compreender que o signo e o ser podem ser distintos em abordagens distintas.

Abordagem	Signo	Ser
Marxismo	Movimentos Sociais	Movimentos de Grupos Sociais
Institucionalismo	Movimentos Sociais	Conjunto de opiniões e crenças que buscam mudanças parciais ou na distribuição de recompensas em uma sociedade.
Neoinstitucionalismo	Movimentos Sociais	Confrontos políticos

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.  
[10]

O quadro acima mostra que um mesmo signo (movimentos sociais) tem distintos significados para diferentes concepções<sup>2</sup>. Um signo e vários significados. Os significados expressam diferentes fenômenos que são abarcados pelo signo. Assim, quando um marxista e um neoinstitucionalista estão usando o termo “movimentos sociais”, estão pensando em fenômenos distintos. Por isso, quando analisamos uma abordagem dos movimentos sociais necessitamos entender não apenas o signo (ou seja, a definição desse termo), mas também quais fenômenos reais ele abarca. E também precisamos explicitar qual é o conceito que adotamos, pois assim se esclarece que fenômenos reais ele abarca. Entendemos por este conceito, movimentos de grupos sociais gerados a partir da insatisfação social com determinada situação social específica que gera senso de pertencimento, objetivos e mobilização (VIANA, 2016a)<sup>3</sup>. Buscaremos esclarecer

---

<sup>2</sup> Uma discussão sobre o conceito de movimentos sociais mais aprofundada pode ser vista em *Os Movimentos Sociais* (VIANA, 2016a).

<sup>3</sup> Essa é apenas uma definição, que remete para se explicar o que se entende por grupos sociais, senso de pertencimento, objetivos, mobilização, etc., e diversos outros elementos relacionados (cf. VIANA, 2016). No entanto, é preciso esclarecer aqui que essa definição exclui o movimento operário e outros movimentos de classes sociais do fenômeno dos movimentos sociais (VIANA, 2016a; VIANA, 2016b). Assim, movimentos sociais e movimentos de classes são distintos e, por conseguinte, as produções intelectuais sobre

esses elementos em nossa análise das abordagens sociológicas dos movimentos sociais.

### **O Surgimento dos Movimentos Sociais e as Abordagens Pioneiras**

Os movimentos sociais são um fenômeno da sociedade moderna. Ao contrário do que alguns afirmam sem maior reflexão e fundamentação<sup>4</sup>, os movimentos sociais não existiram nas sociedades pré-capitalistas. Existiram movimentos de classes sociais, protestos, revoltas, etc., mas não movimentos sociais. Isso ocorre pelo motivo de que apenas na sociedade capitalista surgem as condições de possibilidade dos movimentos sociais: meios de comunicação, ampliação da divisão social do trabalho, formação de uma sociedade civil organizada, etc.

No entanto, os movimentos sociais não surgem simultaneamente com o capitalismo. Os primeiros elementos da sociedade capitalista vão se desenvolvendo durante muito tempo, sendo que é no século 16 que o capital comercial se torna forte o suficiente para possibilitar a formação e expansão do modo de produção capitalista e de suas formas sociais correspondentes. O desenvolvimento das relações de produção capitalistas gera um fortalecimento progressivo da burguesia e permite a criação de suas próprias ideologias e, posteriormente, suas

---

movimento operário, muito anteriores às relacionadas com os movimentos sociais, não serão abordadas aqui.

<sup>4</sup> Veja: Frank e Fuentes (1989).

organizações, bem como a tomada do poder estatal e sua adequação para a nova forma de dominação instaurada por ela (VIANA, 2015a). É no século 18 e no século 19 que o modo de produção capitalista se consolida e subordina todos os demais modos de produção e invade as formas sociais, que passam a regularizar as relações sociais gerais na sociedade capitalista, modernizando-as. As revoluções burguesas marcam um momento crucial nesse processo.

As revoluções burguesas emergem a partir de uma nova hegemonia, que traz novas ideias (desde o iluminismo e o liberalismo, até as ciências humanas que emergem posteriormente), trazendo também mudanças sociais que possibilitam a constituição dos movimentos sociais. As ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, a racionalização da vida social (a ciência e a razão como fontes explicativas dos fenômenos naturais e sociais), foram importantes nesse contexto e ao lado da ideia de democracia que vai se desenvolvendo, bem como o desenvolvimento dos meios de comunicação, sociedade civil organizada e ampliação da divisão social do trabalho, permitem a participação e mobilização popular. O movimento operário emerge com força e suas lutas mostram a capacidade de pressão das classes exploradas e a possibilidade de ter suas reivindicações atendidas e se pensar num projeto de transformação social.

É nesse contexto que vão emergir os embriões dos movimentos sociais. Desde o século 18 já se começava a

aparecer, de forma muito moderada e embrionariamente, alguns elementos que depois se desdobrarão em movimentos sociais. As lutas operárias e a passagem do capitalismo liberal (livre-concorrencial, dominado pelo regime de acumulação extensivo) para o capitalismo oligopolista, dominado pelo regime de acumulação intensivo (VIANA, 2009), criam as condições de possibilidade para o surgimento dos movimentos sociais. O estado liberal, fundado na democracia censitária, é substituído pelo estado liberal-democrático, fundado na democracia partidária (VIANA, 2015a). Os partidos políticos emergem e são uma das novidades da sociedade civil organizada emergente e com o processo de sua burocratização. As lutas operárias inspiram outras lutas, inclusive a de grupos sociais, que com o desenvolvimento dos meios de transporte e especialmente os meios de comunicação, podem gerar um senso de pertencimento e reconhecer necessidades, desejos, problemas, comuns.

No final do século 19 começa a emergir as primeiras mobilizações femininas e estudantis, mas sob forma muito embrionária. A luta das mulheres ocorre, principalmente, no interior do movimento socialista, com todas as suas ambiguidades, devido a supremacia dos partidos social-democratas, e do movimento operário. As lutas estudantis se apresentam num estágio ainda mais rudimentar. Nos últimos anos do século 19 e início do século 20 esse processo tem um certo desenvolvimento, emergindo lutas

femininas influenciadas por uma concepção liberal-democrática, tal como o sufragismo, e pelo marxismo, tal como expresso por Alexandra Kollontai e Sylvia Pankhurst.

Assim, alguns movimentos sociais emergiram embrionariamente, com alguns mais desenvolvidos e outros menos. No entanto, a produção intelectual sobre tais processos embrionários era geralmente autóctone, ou seja, produzida pelos próprios indivíduos componentes do movimento social, tendo, portanto, geralmente um caráter militante (político, reivindicativo, polêmico, etc.) e não análises mais profundas e explicativas do próprio movimento. A produção sociológica e intelectual sobre tais movimentos embrionários demoraria a emergir, tanto pelo próprio caráter embrionário do fenômeno social em questão como também pelo próprio processo de consolidação das ciências humanas em geral e da sociologia em particular, sendo essa a ciência particular que teria esse fenômeno como temática mais natural. O marxismo, por sua vez, focalizava o movimento operário. Os movimentos sociais não eram foco na análise marxista por serem embrionários e muitas vezes apareciam concretamente ou misturado com o movimento dos trabalhadores ou distante do mesmo. Por isso eram criticados ou desconsiderados e a produção

intelectual a respeito também era mais de caráter polêmico do que analítico<sup>5</sup>.

Essa situação vai sofrer alteração a partir do novo regime de acumulação que se instaura pós-1945. O regime de acumulação conjugado marca a emergência do capitalismo oligopolista transnacional. A derrota do nazifascismo e a importância do bloco progressista e do bloco revolucionário nesse processo, bem como a força do movimento operário (desde as revoluções do final da década de 1910 e início de 1920 até as lutas radicalizadas posteriores na França e outros lugares), ao lado da Guerra Fria e nova modalidade de política estatal implementada, criaram as condições para uma nova hegemonia. A nova hegemonia passava para o espectro mais democrático (pelo

---

<sup>5</sup> A produção intelectual sobre a questão da mulher vai sendo realizada por mulheres e homens desde o desenvolvimento do capitalismo que apontamos anteriormente. Porém, trata-se de reflexões sobre a questão da mulher e não sobre o movimento feminino. No caso do marxismo, o movimento social que ganhou maior atenção foi o movimento feminino, não só devido seu vínculo com o movimento operário, como também por causa da questão da mulher. Desde Fourier e depois Marx e Engels (e posteriormente August Bebel), até as militantes marxistas do final do século 19 e início do século 20, a questão da mulher era discutida. O movimento das mulheres, no entanto, terá em Rosa Luxemburgo e outras militantes social-democratas algumas discussões, bem como posteriormente, de forma mais desenvolvida, Alexandra Kollontai e Sylvia Pankhurst. Alexandra Kollontai criticava o feminismo (entendida como uma tendência burguesa no interior do movimento feminino) e a Sylvia Pankhurst rompeu com a mãe e irmã sufragista e fundou a Federação das Mulheres Socialistas e aderiu ao antiparlamentarismo.

menos discursivamente) do bloco dominante e mais próximo do bloco progressista.

Nesse contexto, marcado também por melhorias no nível de renda de grande parte da população<sup>6</sup>, aumenta a mobilização popular que passa a realizar outras reivindicações que não são mais as exclusivamente salariais, condições de trabalho, transformação social, etc. A nova hegemonia do paradigma reprodutivista aponta para a tese da “integração da classe operária no capitalismo”, bem como para a ideia da sociedade como organismo ou estrutura estável que precisa “integrar” as classes e grupos sociais no seu interior. Por outro lado, as mobilizações vão aumentando com o passar do tempo e ganham maior força, visibilidade e radicalidade com a desestabilização desse regime de acumulação.

---

<sup>6</sup> O estado integracionista, “do bem estar social” e a nova política pecuniária (salarial, monetária, etc.) apontavam para mutações na renda e acesso aos bens coletivos, o que, ao lado da hegemonia do discurso democrático, cria condições de possibilidade para o avanço dos movimentos sociais. As burocracias sindicais ficavam cada vez mais atreladas ao aparato estatal e ao capital, e a desmobilização do proletariado nesse novo contexto supostamente “democrático” e com melhor nível de renda e consumo, permitiram um deslocamento da mobilização para outros setores da sociedade, promovendo, assim, a consolidação dos movimentos sociais. É preciso, no entanto, enfatizar que isso ocorreu no capitalismo imperialista (o conjunto de países capitalistas imperialistas) e não no capitalismo subordinado, sendo que a transferência de mais-valor do capitalismo subordinado para o imperialista era o principal sustentáculo da estabilidade pecuniária e política desses países (VIANA, 2009; VIANA, 2015a).

O movimento estudantil começa a se desenvolver e ganhar mais espaço, o movimento negro se desenvolve nos Estados Unidos, entre outros. A partir da segunda metade da década de 1960, os movimentos sociais se consolidam e surgem novos movimentos, como o pacifista. É nesse contexto que surgem as abordagens pioneiras dos movimentos sociais. Nesse momento surgem concepções explicativas dos movimentos sociais. As concepções funcionalistas, psicologistas e interacionistas e outras aparecem e tentam explicar esse novo fenômeno social. De acordo com o “espírito do paradigma da época”, a discussão sobre movimentos sociais é encaminhada a partir de temas como desvio, da frustração, desajustes, comportamento coletivo, crenças, irracionalidade. No entanto, grande parte das abordagens consideradas pioneiras dos movimentos sociais não estão tratando exatamente deste fenômeno e sim de mobilizações, protestos, revoltas, etc. Nesse sentido, seria necessário uma pesquisa mais ampla para descobrir se alguma das chamadas abordagens pioneiras estão tratando efetivamente de movimentos sociais<sup>7</sup>.

A partir da década de 1960 emergem estudos mais direcionados efetivamente, tal como foram definidos aqui, para os movimentos sociais. É no final dessa década que surgem as abordagens mais desenvolvidas dos movimentos

---

<sup>7</sup> Abordaremos isso em outra oportunidade.

sociais e cabe destaque, nesse contexto, para a abordagem institucionalista, da qual vamos tratar agora.

### **A Abordagem Institucionalista**

A abordagem institucionalista é também conhecida como “teoria da mobilização de recursos”. No entanto, essa concepção não constitui uma teoria no sentido restrito do termo, ou seja, no sentido marxista, segundo a qual ela expressaria a realidade, sendo um saber verdadeiro. Ela seria, portanto, uma abordagem semissistemática dos movimentos sociais, uma semi-ideologia.

A abordagem institucionalista vai surgir nos anos 1960 e existir até os anos 1970. A sua existência data da época do regime de acumulação conjugado (capitalismo oligopolista transnacional) na grande potência mundial que era os Estados Unidos. Os intelectuais considerados principais representantes desta abordagem foram Olson, Zald, McCarthy, Oberschall, Gusfield (alguns colocam Charles Tilly como um representante dessa corrente, mas outros já o colocam na abordagem neoinstitucionalista e, no fundo, ele se diferencia de ambas, embora esteja mais próximo dessa última). Ela é uma abordagem semi-ideológica, devido sua pouca sistematicidade e desenvolvimento. Trata-se de uma ideologia rudimentar, produzida por um conjunto de pesquisadores, expressando um processo de disputa no interior da esfera científica, mais especificamente no plano dos estudos dos movimentos sociais. Ela se estrutura como uma espécie de “escola”, algo

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.  
[19]

típico da produção intelectual a partir do regime de acumulação conjugado, especialmente nos Estados Unidos, com um grau elevado de burocratização das universidades<sup>8</sup>. O trabalho coletivo e institucionalizado se distingue do que ocorreu na sociologia clássica com seu “trabalho artesanal”, para usar expressão de Wright Mills (1982), e também seus limites e sua adequação ao empiricismo.

A abordagem institucionalista se inspira em determinadas ideologias anteriores para montar seu esquema analítico. As bases ideológicas da abordagem institucionalista foram principalmente a ideologia (“teoria”) da escolha racional, a escola marginalista em economia, a concepção weberiana de racionalização e burocracia e elementos da sociologia das organizações. Dessas bases ideológicas, a questão da racionalização e burocratização das organizações ocupará um lugar especial e será sua principal contribuição.

Os institucionalistas definem movimentos sociais da seguinte forma: “Um movimento social é um conjunto de opiniões e crenças em uma população que manifesta preferência pela mudança em alguns elementos da estrutura social e/ou na distribuição de recompensas em uma sociedade” (McCARTHY e ZALD, 2017). O movimento social por sua vez pode gerar um contramovimento,

---

<sup>8</sup> A este respeito pode se consultar a obra de Wright Mills (1982) e Russel Jacoby (1990).

entendido como “Um contramovimento é um conjunto de opiniões e crenças em uma população em oposição a um movimento social” (McCARTHY e ZALD, 2017). Essas duas definições servem para alertar das interpretações equivocadas da abordagem institucionalista, bastante disseminada no Brasil a partir da obra de Gohn (2002), que afirma que os institucionalistas confundiriam movimentos sociais com organizações e empresas. A definição de movimentos sociais dos adeptos da concepção insstitucionalista não dá margem para tal confusão.

Essa interpretação equivocada emerge a partir da desatenção em relação aos outros termos trabalhados pela abordagem institucionalista, especialmente “organização de movimento social” e “indústria de movimento social”. Uma organização de movimento social é definida pelos institucionalistas como “uma organização formal ou complexa que identifica seus objetivos com as preferências de um movimento social ou um contramovimento e tenta implementar esses objetivos” (McCARTHY e ZALD, 2017). Eles citam alguns exemplos de OMS: SNCC (Comitê de Coordenação Estudantil Não-Violento), CORE (Congresso da Igualdade Racial), NAACP (Associação Nacional para a Promoção de Pessoas de Cor) e SCLC (Congresso das Lideranças Cristãs do Sul), sendo que algumas destas foram pesquisadas pelos institucionalistas. E uma indústria de movimento social, por sua vez, é “o conjunto das OMS que têm como objetivo a realização das

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.  
[21]

mais amplas preferências de um movimento social constitui uma indústria de movimento social (IMS)” (McCARTHY e ZALD, 2017)<sup>9</sup>. Um termo complementar é “setor de movimento social”, que engloba todas as IMS de uma sociedade, mesmo sem pertencerem a um mesmo movimento social.

A confusão dos intérpretes é resolvida quando se observa que os institucionalistas distinguem entre movimentos sociais e seu “objeto de estudo”, que seria as OMS e IMS. Ou seja, eles deixam claro que não trabalham com o fenômeno geral dos movimentos sociais, mas apenas suas organizações e indústria. Eles justificam essa distinção por suas “vantagens”: a) ela enfatiza que os movimentos sociais nunca estão totalmente mobilizados; b) ela se concentra explicitamente no componente organizacional da atividade; c) reconhece explicitamente que os movimentos sociais são tipicamente representados por mais de uma OMS; d) permite a possibilidade de uma análise do crescimento e declínio de uma IMS, que não é totalmente dependente do tamanho de um movimento social ou da intensidade das preferências dentro dele.

Portanto, é fundamental compreender que a abordagem institucionalista tem como “objeto de pesquisa” não os movimentos sociais em si e sim as organizações dos

---

<sup>9</sup> Os institucionalistas usam determinadas siglas para expressar os termos que trabalham: MS (movimentos sociais), OMS (organização de movimento social), IMS (indústria de movimento social).

movimentos sociais (OMS). Isso mostra o equívoco de certos intérpretes que os acusam de confundir movimentos sociais e organizações. Essa abordagem, a partir da sociologia das organizações, economia marginalista e outras influências, analisam a questão das organizações dos movimentos sociais a partir da questão organizacional e com ênfase na questão dos recursos. São os recursos que permitem a emergência das OMS. A ideia cálculo racional<sup>10</sup> é chave no processo interpretativo das OMS por parte dos institucionalistas. Como o seu objeto de estudo são as organizações e indústria do movimento social, então a questão financeira e dos recursos são realmente determinantes em suas ações e estratégias. Os movimentos sociais disputam o público consumidor, adeptos e financiadores, pelas fontes de recursos. As OMS, por sua vez, são perpassadas pela competição com outras OMS, instituições, etc. em torno dos recursos existentes.

A abordagem institucionalista realiza uma distinção interna entre os membros dos MS e OMS. Essa distinção é entre constituintes, aderentes, não-aderentes, público espectador beneficiário ou consciente e oponentes. Os constituintes são aqueles que fornecem recursos para uma

---

<sup>10</sup> O cálculo racional aponta para a avaliação do custo-benefício. No fundo, a fonte de inspiração da abordagem institucionalista (economia marginalista e Weber) dificultam uma percepção mais profunda desse processo e que é melhor entendida através da teoria do cálculo mercantil (VIANA, 2016c).

OMS e os aderentes são os indivíduos e organizações que acreditam nos objetivos do movimento social. Os não-aderentes podem ser o público espectador que não se opõe ao MS ou OMS, se limitando a “testemunhar” suas atividades.

É uma tarefa da organização transformar os não-aderentes em aderentes e manter o envolvimento dos constituintes. Uma outra distinção considerada importante pelos institucionalistas é a relação destes com o *pool* (conjunto) de recursos da OMS, gerando a diferenciação entre elites e massas. As elites possuem um *pool* de recursos (financeiros, intelectuais, etc.) superiores e as massas possuem um conjunto de recursos inferiores (que pode ser, no casos de maior escassez, meramente seu tempo e trabalho).

A partir desse elementos básicos da abordagem, os institucionalistas desenvolvem um conjunto de análises das OMS (e também das IMS e SMS), tais como a posição dos líderes como gerentes e administradores, a percepção da competição por recursos, adesões, apoio de agências governamentais, a manipulação da imagem dos meios oligopolistas de comunicação e a busca em chamar a atenção da mesma, o sucesso do movimento (o que ocorre quando possui organização formal hierárquica), etc. Sem dúvida, não poderemos desenvolver todos estes aspectos aqui, pois nosso objetivo foi apenas apresentar uma síntese das ideias centrais da abordagem institucionalista.

Podemos, agora, fazer uma breve consideração crítica sobre a abordagem institucionalista. O primeiro ponto que merece destaque é a base ideológica que os institucionalistas lançam mão, sem grande desenvolvimento ou reflexão sobre ela, ou seja, mais como um elemento exógeno adotado no processo analítico. O uso das concepções da ideologia da escolha racional, da escola marginalista, da sociologia das organizações, da sociologia da burocracia de Weber, são elementos que, aparentemente, são adequados ao seu tema de pesquisa, as organizações e seus desdobramentos. Porém, isso gera equívocos analíticos, pois deixa de lado aspectos que, segundo a linguagem utilizada por estas concepções, seriam “irracionais”, bem como reduzem os seres humanos a uma psicologia do consumidor. Isso sem falar que reproduzem os limites próprios destas concepções, tal como uma incompreensão da dinâmica capitalista, inacessível para a economia marginalista.

Outro problema dessa abordagem é a sua opção pela centralidade das organizações. Sem dúvida, as organizações podem e devem ser foco analítico, assim como qualquer outro fenômeno social. O problema está em substituir o procedimento dialético da focalização pelo procedimento ideológico da centralização, pois nesse último caso se abandona a totalidade e as diferenciações existentes. Os movimentos sociais viram apêndices das OMS, IMS e SMS. Como consequência disso, temos outro problema,

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.  
[25]

que é a aplicação do modelo das organizações empresariais a todas as organizações, inclusive as autárquicas<sup>11</sup>, o que significa criar uma indistinção ideológica no lugar de uma distinção real. Derivado disso, toma o objetivo das organizações empresariais como os objetivos das demais organizações, pois isso não é algo generalizado<sup>12</sup>. Outra consequência problemática, oriunda de sua base metodológica deficiente, é deixar de lado a totalidade das relações sociais (Estado, cultura, classes sociais, etc.), sendo que certos elementos importantes para explicar as OMS pouco aparecem ou mesmo não aparecem.

O mérito da abordagem institucionalista é ter analisado um elemento importante dos movimentos sociais, as organizações, apesar da forma deficiente como realizou isso. A análise institucionalista contribui para analisar as organizações burocráticas informais e as que se tornam burocráticas e suas relações com os movimentos sociais, apesar dos seus limites nesse processo analítico. De qualquer forma, a abordagem institucionalista contribui

---

<sup>11</sup> As organizações autárquicas são formas de auto-organização (VIANA, 2015b) e que se distinguem das organizações burocráticas, sendo que a diferença fundamental entre uma e outra é que no primeiro caso não existe quadro dirigente e no segundo este não só existe como é o elemento fundamental.

<sup>12</sup> A abordagem institucionalista falha ao não realizar uma análise mais profunda da relação entre movimentos sociais e organizações, bem como as formas assumidas por estas e o seu caráter de organizações mobilizadoras, o que foi abordado na perspectiva dialética (VIANA, 2017a).

para uma análise do processo de mercantilização e burocratização dos movimentos sociais, processo que atinge suas ramificações, e como que as organizações burocráticas (formais e informais) influenciam o conjunto do movimento social. No entanto, essa contribuição é limitada devido sua base ideológica e que se restringe ao caso das organizações burocráticas (informais, que ainda estão dentro do âmbito dos movimentos sociais, e formais, que saem desse âmbito).

Essa abordagem foi recusada e teve pouca influência fora dos Estados Unidos. O motivo disso é que sua centralização nas organizações (e nesse país, com maiores recursos e grau de mercantilização, burocratização, competição e conservadorismo), embora reveladora de aspectos das mesmas, encontrava resistência em lideranças e intelectuais vinculados às suas congêneres na América Latina e outros lugares. No entanto, essa abordagem perdeu espaço no decorrer nos anos 1970 e logo foi substituída por uma outra abordagem que tentava superar seus limites e será nosso foco analítico a partir de agora.

#### **A Abordagem Neoinstitucionalista**

A abordagem neoinstitucionalista já recebeu outros nomes, como “teoria das oportunidades políticas”, “teoria do processo político”, “teoria da mobilização política”, “teoria do confronto político”. Aqui optamos por abordagem neoinstitucionalista por causa que ela delimita a política institucional como o seu campo perceptivo,

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.  
[27]

colocando a centralidade nela, e por ser produzida em grande parte por ex-representantes da abordagem institucionalista.

A abordagem neoinstitucionalista surge nos anos 1990, época de consolidação do novo regime de acumulação e quando, decorrente disso, ocorre uma mutação cultural. O regime de acumulação integral trouxe mudanças gerais na sociedade e teve impacto sobre os movimentos sociais. O processo de intensificação da exploração internacional (hiperimperialismo, mais conhecido como “globalização”), o neoliberalismo e as mutações nas relações de trabalho (toyotismo) marcaram uma nova fase do capitalismo e que acabou gerando mudanças sociais gerais, inclusive mutações culturais. Um novo paradigma se tornou hegemônico, o subjetivista e com isso os esquemas interpretativos do paradigma anterior, reprodutivista, perdiam espaço. Isso influenciou os movimentos sociais, as análises dos movimentos sociais e a abordagem institucionalista, que encontrou mais um obstáculo. A abordagem institucionalista entrou em crise, pois não conseguiu ultrapassar as fronteiras dos Estados Unidos e por isso precisava se renovar e ampliar, especialmente com o reinado da ideologia da globalização.

A esfera científica foi atingida por esse processo e novos mecanismos de competição emergiram (tal como a chamada “internacionalização”, uma outra forma de subordinação cultural do capitalismo subordinado ao

capitalismo imperialista, com suas subdivisões hierárquicas). A subesfera sociológica e abordagens dos movimentos sociais não ficaram, obviamente, imunes a este processo. No âmbito da produção intelectual sobre os movimentos sociais, a competição se tornou mais acirrada, mesmo porque o tema passou a ganhar maior visibilidade. A abordagem neoinstitucionalista emerge a partir da anterior e tenta ser mais ampla, completa e adequada à realidade. Junto com isso, a percepção da “globalização” por parte dos representantes do neoinstitucionalismo aponta para a criação de uma rede internacional de pesquisa. Os diversos encontros internacionais e publicações de pessoas de várias nacionalidades é um exemplo de como a abordagem neoinstitucionalista queria superar os limites presentes na abordagem anterior e se tornar “palatável” para fora dos Estados Unidos e aumentar sua competitividade na subesfera sociológica a nível internacional. Nesse sentido, houve uma readaptação da abordagem institucionalista ao novo momento histórico, o que lhe provocou várias mudanças. Nesse contexto, havia também uma competição com as abordagens europeias (abordagem culturalista, da qual trataremos adiante) e a hegemonia do paradigma subjetivista.

A abordagem neoinstitucionalista teve nos antigos representantes do institucionalismo os seus principais defensores, como Zald, etc. e alguns novos nomes, com destaque para Tarrow e, de certa forma, Charles Tilly. As

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.  
[29]

bases ideológicas do neoinstitucionalismo eram, em parte, algumas do institucionalismo, e, em parte, novas fontes. No caso de Sidney Tarrow, o principal representante do neoinstitucionalismo, é visível a fonte ideológica extraída do leninismo (e sua interpretação equivocada de Marx), alguns elementos extraídos de Marx (interpretado de forma limitada, e enfatizando a divisão social, o conflito de classes e “descontentamento”, relacionada com as abordagens do comportamento coletivo), de Charles Tilly, que já produzia antes do surgimento dessa abordagem, Gramsci e outros.

A abordagem neoinstitucionalista mantém, portanto, elementos do paradigma hegemônico anterior, o reprodutivismo, e isso aparece com seu apelo ao leninismo (a ideia de elites divididas cuja inspiração é leninista, segundo a qual a revolução depende de três condições: crise, divisão da classe dominante e partido revolucionário que se aproveita disso) e elementos do institucionalismo, mas trazendo elementos do novo paradigma hegemônico. Esse aspecto se observa através de elementos retirados do interacionismo simbólico e congêneres, bem como Gramsci, ao discutir questões como “frame”, “cultura”, “repertório”, etc. No entanto, isso era feito simultaneamente com a permanência de elementos típicos do paradigma hegemônico anterior (o “macro”, estado e oportunidades políticas).

A abordagem neoinstitucionalista é mais ampla do que a anterior e traz um conjunto de construtos novos para

a interpretação dos movimentos sociais. Poderíamos citar aqui, além da definição de movimentos sociais, alguns dos seus principais construtos: “oportunidades políticas”, “estruturas de mobilização”, “quadros interpretativos” (ou “frames”), “repertório”, “ciclos de protesto ou confronto”.

O primeiro ponto a destacar é que essa abordagem apresentou distintas definições de movimentos sociais. Vejamos algumas definições:

“Um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso” (McADAM, TARROW, TILLY, 2009).

O complexo político combinado de três elementos: “1) campanhas de reivindicações coletivas dirigidas a autoridades-alvo; 2) um conjunto de empreendimentos reivindicativos, incluindo associações com finalidades específicas, reuniões públicas, declarações à imprensa e demonstrações; 3) representações públicas de valor, unidade, números e comprometimento referentes à causa. A esse complexo historicamente específico denomino movimento social” (TILLY, 2010).

Uma terceira definição, de Charles Tilly, é a de que um movimento social deve ser entendido como uma “interação contenciosa”, que “envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder”, em nome de uma população sob litígio (ALONSO, 2009).

As definições de movimentos sociais da abordagem neoinstitucionalista são problemáticas. O problema está em sua amplitude, que abarca fenômenos sociais amplos, cuja origem é antiga na sociedade moderna. A ideia de movimento social não é clara, aparece como “interação e desafio dos detentores do poder”, “processos reivindicativos em relação aos governos” ou “interação contenciosa” entre “desafiantes e detentores do poder”. Isso pode ser confundido com classes sociais, partidos políticos, organizações, etc. Por isso, a abordagem neoinstitucionalista é limitada e trata mais de conflitos políticos em geral do que movimentos sociais, mais especificamente.

Os neoinstitucionalistas abordam os movimentos sociais a partir de alguns construtos fundamentais, tais como “estruturas de oportunidades políticas”, “oportunidades políticas”, “estruturas de mobilização”, “quadros interpretativos”, “repertórios”, etc. Esse conjunto de construtos, no entanto, não são organizados sistematicamente num processo explicativo da realidade. Por isso é algo semissistemático e limitado, embora mais

avançado e desenvolvido do que a abordagem institucionalista. A estrutura de oportunidades políticas apontam para “o grau de probabilidade dos grupos de terem acesso ao poder e influírem no sistema político” (LIPSKY, apud. GOHN, 2002). As oportunidades políticas ganham uma centralidade na análise neoinstitucionalista e pode ser compreendidas como conjunto de oportunidades (variáveis) que são abertas no âmbito da política institucional (especialmente Estado) para a emergência ou fortalecimento dos movimentos sociais.

As oportunidades políticas possuem determinados componentes, a saber: a) o grau de abertura relativa do sistema político institucionalizado; b) a estabilidade ou desestabilização dos alinhamentos entre elites, alinhamentos que exercem uma grande influência no âmbito do político; c) a presença ou ausência de aliados entre as elites; d) capacidade e propensão do estado para repressão (McADAM, 1999). Isso pode ser exemplificado pelos casos das elites divididas, tal como citado por Tarrow (2009), que aponta o caso russo de Gorbatchev e os reformistas, que abriram oportunidades políticas, com a Glasnost e Perestroika. As oportunidades políticas podem ocorrer para certos grupos e não para outros (McADAM, 1999; TARROW, 2009). Da mesma forma, as oportunidades políticas podem não estar visíveis para todos os desafiantes (TARROW, 2009).

Outro construto importante usado pelos neoinstitucionalistas é o de estruturas de mobilização. Esse é o elemento da abordagem institucionalista que é preservado e absorvido pela abordagem neoinstitucionalista. A compreensão dessas estruturas podem ser mais ou menos amplas, dependendo do autor (alguns incluem os quadros interpretativos, etc.). Elas incluem, tal como para Kriesi (1999), organizações informais (família, vizinhos, etc.) e organizações formais (“movimentos sociais organizados”, organizações de apoio, associações de movimentos, partidos/grupos de interesses). Essas estruturas são importantes para compreender o aproveitamento ou não, ou as suas formas, das oportunidades políticas.

Os quadros interpretativos, também chamados de “frames”, e também traduzidos como “marcos interpretativos” (McADAM, GAMSON e MEYER, 1999); “marcos referenciais significativos” (GOHN, 2002), trazem a discussão sobre questões culturais, cuja fonte foram as críticas à abordagem institucionalista e a emergência do paradigma subjetivista. É nesse contexto que aparece discussões sobre símbolos e significados e também elementos do processo de construção, bem como certos elementos de construtivismo. Não há apenas uma definição de quadros interpretativos na abordagem neoinstitucionalista. É possível ver as seguintes definições dos quadros interpretativos: “é um processo em que os

atores sociais, a mídia e os membros de uma sociedade interpretam, definem e redefinem a situação conjuntamente” (Klandermans, apud TARROW, 2009); é um “esquema interpretativo que simplifica e condensa o ‘mundo lá fora’, salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado” (SNOW e BENFORD, apud. TARROW, 2009); “são dispositivos enfatizadores que ressaltam e adornam a gravidade e a injustiça de uma condição social ou redefinem como injusto ou imoral o que era visto anteriormente como desastroso, mas talvez tolerável” (TARROW, 2009). Eles trazem um enriquecimento em relação ao que era abordado antes pelos institucionalistas, pois incluem na análise novos elementos, como emoções, injustiça, “solidariedade”, elemento cognitivo e identidade coletiva.

Um último termo importante para a abordagem neoinstitucionalista é o de repertório. Este é compreendido pelo seu criador como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY, apud. ALONSO, 2009), que complementa que “o repertório do movimento social se justapõe aos repertórios de outros fenômenos políticos, tais como a atividade sindical e as campanhas eleitorais” (TILLY, 2010). Tilly foi alterando sua concepção e terminologia com o passar do tempo e desta forma também alterou a denominação

complementar do repertório (1970: repertórios de ação coletiva; 1990: repertórios de confronto; 2000: repertórios e performance) (ALONSO, 2012). O termo tem sua utilidade, apesar de ser limitado pela forma como é trabalhado e pela ênfase que é oferecido a algo que não tem significado tão decisivo assim. Mas ajuda a compreender a dinâmica dos movimentos sociais.

Um dos termos mais importantes e de maior alcance da abordagem neoinstitucionalista é o “ciclo de protesto”, que depois foi mudado para “ciclo de confronto”. Segundo Tarrow:

Entendo ‘ciclos de confronto’ como uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletivo de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e, com sequencias de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades (TARROW, 2009).

Os ciclos de protestos reforça os desafiantes, exige resposta do estado e se difere dos ciclos revolucionários. São processos nos quais os desafiantes do poder entram em

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.  
[36]

conflito com os seus detentores, gerando a necessidade de resposta do estado. Não se trata de ciclos revolucionários<sup>13</sup>, pois seus elementos apontam para reivindicações, luta pelo poder, etc., e não a solução revolucionária.

A abordagem neoinstitucionalista padece dos mesmos problemas analíticos que a abordagem institucionalista, embora avance em alguns aspectos e recue em alguns outros. Entre os principais problemas dessa abordagem, podemos destacar as definições de movimentos sociais que são demasiadas amplas e imprecisas, além de suas diferenças e mutações constantes. A imprecisão e a constante alteração mostra a fragilidade e falta de maior sistematização dessa abordagem. No fundo, ao invés dos movimentos sociais, na maioria do caso (o que corresponde aos construtos trabalhados pelos neoinstitucionalistas), os fenômenos abordados são lutas políticas gerais e não movimentos sociais (protestos, confrontos, lutas políticas, etc. movimentos sociais aparecem apenas como exemplos). Assim, a imprecisão conceitual e constantes reformulações mostram as fragilidades dessa abordagem. Todo saber noosférico (complexo) possui alterações com o seu desenvolvimento, mas a imprecisão é algo problemático em qualquer caso. As alterações produzidas por desenvolvimento e aprofundamento ocorrem naturalmente,

---

<sup>13</sup> Essa é a posição de Tarrow e que nem sempre é a mesma dos demais neoinstitucionalistas.

mas é preciso que isso não seja constante e que seja um real aprofundamento. Esse não é o caso da abordagem institucionalista, pois as mudanças terminológicas não significam aprofundamento, mas alterações formais e superficiais, devido seus limites ideológicos e metodológicos, bem como no desafio do confronto com a realidade, mostrando que as definições anteriores eram problemáticas (embora nem sempre, pois tem também as influências ideológicas e idiossincrasias de alguns institucionalistas).

Outro problema da abordagem neoinstitucionalista é o peso exagerado na política institucional. A centralidade conferida ao aparato estatal acaba transformando o construto de movimentos sociais em outra coisa, que são os grupos políticos, setores dos movimentos sociais, partidos e organizações, que vivem em função do Estado. Nessa abordagem, os movimentos sociais giram em torno do Estado. Isso entra em contradição com os movimentos sociais reais. Muitos setores de movimentos sociais são próximos do aparato estatal, mas muitos são de orientação civilista, se mantendo distante dele, o que inclui inclusive aqueles que são antiestatistas (VIANA, 2017b; VIANA, 2016a).

Da mesma forma que os representantes da abordagem institucionalista, os institucionalistas descartam a totalidade, deixando de lado elementos fundamentais para explicar a realidade social que envolve os confrontos

políticos, tais como a luta de classes, acumulação de capital, etc. A abordagem neoinstitucionalista realiza uma análise limitada e não consegue explicitar, por exemplo, o que gera as oportunidades políticas, pois fica preso em generalidades e não possui uma explicação mais profunda do aparato estatal. Ao não entender o vínculo entre aparato estatal e acumulação de capital, os neoinstitucionalistas não conseguem ultrapassar uma percepção superficial da relação entre estado e conflitos políticos, e, mais ainda, dos movimentos sociais, não compreendidos por eles devido seu enfoque temático e analítico.

Isso não quer dizer que a abordagem neoinstitucionalista não tenha nenhum momento de verdade. Há alguns méritos nessa abordagem, tal como incluir o estado/política institucional na análise, trazer a questão dos quadros interpretativos e repertórios para a discussão, apresentar uma visão histórica, embora superficial, dos movimentos sociais (mais dos “confrontos políticos” do que dos movimentos sociais mais exatamente). Os méritos da abordagem neoinstitucionalista, no entanto, ainda são limitados, pela superficialidade e falta de maior sistematicidade, além da centralidade no aparato estatal e compreensão limitada das lutas políticas e significado do Estado e dos quadros interpretativos e repertórios.

### **A Abordagem Culturalista**

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.  
[39]

A abordagem culturalista é geralmente denominada “teoria dos novos movimentos sociais”. Essa denominação é problemática por vários motivos. Um deles é o caráter equivocado da discussão sobre supostos “novos” movimentos sociais e o erro que é um pesquisador utilizar a linguagem dos pesquisados, compartilhando seus equívocos e ilusões. A abordagem culturalista surge na mesma época que a abordagem institucionalista, embora em seu período de surgimento e tendo vários desdobramentos posteriores.

Ela surge num contexto histórico específico, bem como noutra continente, na Europa. Isso traz diferenças mais amplas em relação às duas abordagens anteriores. A abordagem culturalista começa a emergir no final dos anos 1960 e vai se desenvolvendo nos anos 1970. A crise do regime de acumulação conjugado no final dos anos 1960 e as lutas radicalizadas, bem como o “retorno à normalidade”, formam um contexto histórico específico. Esse processo se desenvolve em 1970 e marca a transição do regime de acumulação conjugado para regime de acumulação integral.

Nesse contexto ocorre também uma mutação ideológica. A partir do final da década de 1960, após a derrota das lutas operárias e estudantis e das tendências revolucionárias dos movimentos sociais, ocorre uma crise do paradigma hegemônico, o reprodutivismo, e das ideologias associadas. Durante os anos 1970 se forja o novo paradigma, o subjetivismo (VIANA, 2018). Embora o

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.  
[40]

paradigma subjetivista surja nos anos 1970, ele só consegue se tornar hegemônico a partir dos anos 1980 na Europa e Estados Unidos, e, posteriormente, no resto do mundo (anos 1990). O paradigma subjetivista emerge através de diversas ideologias: pós-estruturalismo, neoliberalismo, multiculturalismo, fenomenologia, weberianismo, etc. Os ideólogos pioneiros do subjetivismo foram Foucault, Guattari, Deleuze, Lyotard, entre outros, e foram surgindo novas ideologias filiadas a tal paradigma. Para tanto, o estado capitalista e instituições burguesas desenvolveram uma ampla política cultural que serviu para garantir a nova hegemonia. Políticas estatais, fundações internacionais, institutos, organismos internacionais, capital comunicacional, etc. foram mobilizados para garantir a hegemonia subjetivista.

O novo paradigma e as ideologias filiadas é que forma as bases ideológicas da abordagem culturalista. As mutações do capitalismo, a passagem do regime de acumulação conjugado para o regime de acumulação integral, interpretada pelas novas ideologias, formam o pretexto ideológico que legitima as novas ideologias. É nesse momento histórico que ganha força ou novas versões a ideia de uma “sociedade pós-moderna”, “sociedade pós-industrial”, etc. Essa ideia de que a sociedade capitalista (“moderna”, “industrial”) foi substituída por outra, foi defendida por vários Ideólogos (Daniel Bell, Touraine, Claus Offe, Habermas). O novo paradigma subjetivista é a

fonte da renovação linguística e dos termos que se tornaram hegemônicos: “sujeito”, “novos sujeitos”, “subjetividade”, “atores”, “pluralismo”, “fragmentação”, etc.

No entanto, a abordagem culturalista não possui a homogeneidade das duas abordagens anteriores. Ela não é produzida por intelectuais associados como no caso anterior, não tendo o mesmo caráter coletivo. A sua base ideológica, subjetivista, também aponta para um maior individualismo, bem como a própria tradição europeia é distinta da norte-americana. Esses elementos explicam a razão da abordagem culturalista poder ser subdividida em diversas outras abordagens e ligadas geralmente a apenas um intelectual (e seus reprodutores). A diversidade de concepções é muito maior, e, conseqüentemente, a diversidade terminológica. No entanto, é possível identificar algumas ideias gerais comuns e concepções divergentes em aspectos secundários. O que é singular em cada manifestação particular da abordagem culturalista pode ser visto na produção intelectual dos seus representantes, sendo que se destacam Touraine, Melucci, Offe, entre outros.

São os elementos comuns que permitem analisar algo chamado “abordagem culturalista”. Algumas autoras tentaram apontar quais são esses elementos comuns, como foi o caso de Alonso (2009) e Gohn (2002). Alonso coloca que os elementos comuns são os seguintes: a) crítica da ortodoxia marxista; b) manutenção de um quadro analítico

macrohistórico e e associação entre mudança social e formas de conflito; c) se diferenciam das outras duas abordagens por partir de um enfoque cultural; d) pensam a partir da concepção de que houve uma mudança social e de que essa significou a formação de uma sociedade pós-industrial (ALONSO, 2009).

Gohn (2002) já elenca um conjunto maior de elementos comuns. Ela afirma que os representantes da “teoria dos novos movimentos sociais” recusam a concepção funcionalista da cultura (predeterminada por valores e normas do passado) e se inspiram na concepção marxista de ideologia, deixando de lado o seu caráter de falsa consciência<sup>14</sup>. Eles também recusam o marxismo “clássico”, que subjuga a cultura e a política ao “econômico”<sup>15</sup> e não permite ver a inovação, a recriação do ator, etc.; b) eliminam a centralidade de um sujeito e pensa em torno de um sujeito coletivo difuso, não-hierarquizado; c) a política ganha centralidade, mas é redefinida, ao estilo foucaultiano; d) os atores são analisados por suas ações coletivas e pela identidade coletiva gestada no processo; e) coloca um papel central da identidade coletiva; f) concebem

---

<sup>14</sup> Essa é uma afirmação totalmente ilógica, pois se inspiram na concepção marxista de ideologia, então esta deveria significar o que significa nessa concepção, mas deixam de lado o que lhe define, o seu caráter, então não se inspiram nela. O livro de Gohn (2002) é recheado de equívocos, contradições e problemas interpretativos, dos quais não pretendemos tratar aqui.

<sup>15</sup> Isso na interpretação pobre e equivocada de alguns culturalistas.

o “novo” (dos movimentos sociais) no fato de os movimentos sociais recentes *não tem base classista*, por se contrapor ao antigo movimento operário, por romper com os movimentos sociais americanos ligados ao populismo (ou deixam a questão aberta)<sup>16</sup>; consideram que os novos movimentos sociais recusam a política de cooperação entre agências estatais e sindicatos e sua preocupação é assegurar direitos sociais; pensam que os novos movimentos sociais negam o utilitarismo e enfatizam a cultura; abordam como nova característica a “liderança democrática”, etc.

A interpretação de Gohn (2002) da abordagem culturalista é problemática, pois não há consenso nas várias concepções de novos movimentos sociais e por isso há contradições. Da mesma forma, alguns dos elementos acima não se encontra em certos culturalistas e por isso não é “comum” a todos dessa referida abordagem. Nesse sentido, a interpretação de Alonso (2009) é mais adequada do que a de Gohn (2002), embora bem mais sintética, mesmo porque se trata de um artigo.

---

<sup>16</sup> O que significa “novo” nos movimentos sociais abordados pelos culturalistas não é consenso entre seus representantes. Para Melucci (2001), por exemplo, o “novo” é produto da “categoria analítica” utilizada, pois se mesclam elementos antigos e novos na realidade empírica. A própria Gohn (2002) cita outro culturalista, Mouffe, para quem a novidade dos movimentos sociais deriva de sua subordinação ao capitalismo “tardio”, expansão das relações capitalistas na cultura, no lazer e na sexualidade; burocratização, massificação e homogeneização, poderosa invasão dos meios de comunicação.

O que é há de comum em todos os representantes da abordagem culturalista? Alguns elementos apontados por Alonso (2009) e Gohn (2002) são aceitáveis, outros não. Vamos então apresentar o que consideramos que é comum em todos os representantes da abordagem culturalista. O primeiro elemento comum é a concepção de que estamos numa sociedade nova, apontada com diferentes nomes (“pós-moderna”, “pós-industrial”, “sociedade complexa”, etc.). Esse aspecto foi notado por Alonso, mas não por Gohn. O segundo elemento, relacionado com o anterior, é a crítica ao que eles entendem como “marxismo”. Tanto Alonso quanto Gohn perceberam essa tentativa de refutar o “marxismo” (chamado pela primeira de “ortodoxo” e pela segunda como “clássico”, apesar de não ser característica do marxismo original – Marx e Engels – e nem daqueles que mantiveram a sua perspectiva). Um terceiro elemento é a crítica às ideologias ligadas ao paradigma reprodutivista (funcionalismo, teoria dos sistemas, etc.). Isso foi percebido por Gohn, mas não por Alonso. O quarto elemento é o resgate de ideologias não-hegemônicas durante a hegemonia reprodutivista (fenomenologia, interacionismo simbólico, etc.), o que as duas autores colocam sem maior reflexão. O quinto elemento é a politização da vida cotidiana (a discussão sobre público/privado; Habermas e a questão da esfera pública e mundo da vida; Melucci, etc.). Isso não é apresentado por Alonso como comum, mas ela apresenta isso em sua descrição das concepções, enquanto

que Gohn aponta isso ao colocar a inspiração foucaultiana de política. O sexto elemento, é a ideia de “novos” movimentos sociais, o que é percebido por Gohn, mas não por Alonso, e que deu o nome com o qual essas duas autoras (e diversos outros, criando-se uma tradição em torno disso) denominaram essa abordagem: “teoria dos novos movimentos sociais”. O sétimo elemento é o culturalismo, que é a base de todos os outros, ao enfatizar a cultura, o discurso, a identidade coletiva, entre outros termos que mostram a primazia do cultural sobre o social. Esse elemento é percebido por Gohn e Alonso, embora nem sempre com clareza.

Uma crítica da abordagem culturalista seria algo extremamente difícil, pois sua diversidade dificulta uma crítica única e geral. Nesse sentido, o que realizaremos aqui é uma crítica geral dos elementos comuns e explicitar que cada autor em particular deve receber um tratamento separado. Assim, a abordagem culturalista alguns elementos comuns que criticaremos: a) a ideia do surgimento de uma nova sociedade; b) a suposta “novidade” dos movimentos sociais recentes; c) a crítica ao “marxismo”; d) a crítica ao reprodutivismo e resgate de ideologias anteriores; e) a imprecisão e falta de clareza nas definições e nos construtos; d) a politização da vida cotidiana; e) f) o culturalismo.

A ideia do surgimento de uma nova sociedade (pós-moderna, pós-industrial, complexa, etc.) não passa de uma

ideologia sem fundamentação real. Os poucos que se atreveram a tentar apresentar uma fundamentação dessa ideologia não conseguiram apresentar nenhum argumento convincente. A fragilidade das teses de Claus Offe (1989), por exemplo, que tenta sustentar sua tese do fim da sociedade do trabalho apelando para o declínio das teses acadêmicas sobre trabalho e aumento do setor terciário (comércio e serviços) e diminuição do setor secundário (indústria) é visível. A primeira fundamentação, sobre teses acadêmicas sobre trabalho, é risível, e a da alteração dos setores da economia é apenas uma mutação quantitativa e não qualitativa e uma repetição do que Daniel Bell (1969) já havia dito décadas antes<sup>17</sup>. Nenhum ideólogo da “nova sociedade” conseguiu provar sua existência ou o fim da modernidade, do capitalismo, ou dos construtos que eles usavam anteriormente.

A suposta “novidade” dos movimentos sociais recentes (justificada e fundamentada sob formas distintas, dependendo de quem é o autor) não se sustenta. Nem no plano concreto, que é pensar que surgiram “novos movimentos sociais”<sup>18</sup>, pois alguns realmente surgiram,

---

<sup>17</sup> Não poderemos realizar uma crítica mais ampla aqui das teses da “nova sociedade” de Offe, Habermas, Negri, entre outros, mas isso pode ser visto em obras que abordam a atual fase do capitalismo (VIANA, 2009).

<sup>18</sup> Alguns movimentos sociais são antigos, como o feminino e o estudantil, outros são um pouco posteriores, sendo que alguns

mas o termo é aplicado indistintamente a todos os movimentos sociais, com exceção do movimento operário (confundido-o com movimento social). No sentido de que sua “novidade” é não ter “base classista”, é algo sem sentido, pois todo movimento social tem vínculo com o movimento operário e outras classes sociais. O que ocorreu foi o deslocamento da hegemonia para uma concepção que nega o significado revolucionário do proletariado no interior dos movimentos sociais, o que é apenas uma mutação cultural e que não se manifesta na totalidade dos movimentos sociais. A ideia de que a “novidade” seria derivada da “nova sociedade” é tão frágil quanto a fundamentação dessa última. Melucci (2001), que justifica a “novidade” como fundamentalmente uma “categoria analítica” e não realidade empírica, é algo metodologicamente problemático, pois remete mais para o “tipo ideal” do que para a realidade concreta.

A crítica ao marxismo é extremamente pobre e limitada. A derrota do maio de 1968 gerou a tentativa de refutar o marxismo e enfraquecer sua força cultural. No fundo, o que eles criticam é uma caricatura do marxismo ou o pseudomarxismo (social-democracia e leninismo, principalmente). Os culturalistas demonstram possuir uma incompreensão do marxismo original, realizando uma

---

surgiram na década de 1960, como o pacifista, e outros surgiram posteriormente.

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.  
[48]

simplificação e deformação do mesmo e fundamentando isso através da confusão com o pseudomarxismo. Os elementos de crítica que se aplicam realmente ao marxismo é a recusa da totalidade e do caráter revolucionário do proletariado. A recusa da totalidade é justamente o maior problema da abordagem culturalista, como mostraremos adiante. A recusa do significado revolucionário da luta proletária pode parecer um problema menor em épocas de estabilidade do capitalismo, mas junto com isso vem a desconsideração do movimento operário, o que empobrece qualquer análise dos movimentos sociais.

A crítica ao reprodutivismo é relativamente correta, mas o ponto de partida da crítica fica aquém do paradigma reprodutivista. O subjetivismo, a fragmentação, entre outros aspectos, mostra a fragilidade dos críticos, pois se conseguem enxergar alguns aspectos da realidade que os reprodutivistas não conseguiam perceber, fazem isso em detrimento da percepção de diversos fenômenos. O apelo à ideologias como a fenomenologia, interacionismo simbólico e outros, por mais que tenham uma ou outra ideia proveitosa, diminui a capacidade explicativa e reforça o subjetivismo, obliterando a compreensão dos movimentos sociais. Desconhecer, por exemplo, a mercantilização das relações sociais, reconhecida sob forma problemática pela abordagem institucionalista, significa cair no subjetivismo e criar uma muito mais uma ficção sociológica do que análise das relações sociais. Desconhecer a importância do

aparato estatal para a explicação dos movimentos sociais, o que é feito sob forma limitada pela abordagem neoinstitucionalista, é o mesmo que renunciar a tratar desse fenômeno.

A abordagem culturalista mantém um problema que é comum nas demais abordagens, que é no plano terminológico. As diversas definições de movimentos sociais dos diversos representantes do culturalismo e termos correlatos é imprecisa, pobre, sem maior fundamentação e coerência. Apesar das variações, os construtos produzidos são frágeis e confusos. Alguns autores, como Touraine<sup>19</sup>, mudaram de concepção durante as últimas décadas, mas se tornaram cada vez mais imprecisos e distantes da realidade.

A politização da vida cotidiana realizada pela abordagem culturalista é, no fundo, uma despolitização. Ao tratar da “micropolítica”, abandona a totalidade e assim despolitiza, não mostrando os nexos entre a vida privada e a vida política, desde a luta de classes até a relação com o aparato estatal. É um reducionismo que só resta o subjetivismo para explicar as demandas e os processos,

---

<sup>19</sup> Touraine iniciou sua carreira, na década de 1960, próximo do marxismo e vai, posteriormente, trocando a ideia de classes sociais por movimentos sociais, realizando uma confusão conceitual (TOURAINÉ, 1977) e, depois, se afasta mais ainda ao discutir a “sociedade pós-industrial” (TOURAINÉ, 1970), chegando a aprofundar seus equívocos, até que em suas últimas obras decreta o fim das sociedades e a soberania do “sujeito” (TOURAINÉ, 1998).

gerando interpretações equivocadas e simplistas das relações sociais.

O último elemento característico da abordagem culturalista é, justamente, o culturalismo. O culturalismo é um subproduto do paradigma subjetivista. Ele oferece primazia para a cultura e secundariza o social. Assim, a prioridade para o discurso, a identidade, a “subjetividade”, entre outras formas de culturalismo, é muito mais um problema do que uma solução. Em primeiro lugar, assim se perde a percepção da historicidade dos movimentos sociais. A mutação cultural que ocorreu no interior de alguns movimentos sociais só pode ser compreendida com as mudanças históricas. O passeio superficial que alguns sociólogos realizam sobre a contemporaneidade não dá conta de explicar esse processo de mutação e muitos nem sequer se aventuram nisso. Inclusive seria necessário apontar para mudanças no interior de tal mutação, mas os ideólogos não pensam de forma histórica e sim de forma evolucionista, como se sempre se caminhasse rumo ao aperfeiçoamento, sem enxergar as mudanças, suas determinações, suas contradições e seus vínculos com o processo de reprodução do capitalismo. Em segundo lugar, a generalização que os culturalistas fazem acabam mostrando seus limites e sua pouca utilidade para analisar os movimentos sociais populares, tanto os urbanos quanto os rurais. Em terceiro lugar, a ânsia culturalista de substituir a análise marxista é parte do processo de contrarrevolução

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.  
[51]

cultural preventiva (VIANA, 2009) e significa, intelectualmente, produzir ideologias em detrimento da teoria, e, no plano político, passar de mala e cuia para o lado da classe dominante, mesmo vociferando contra o “poder”, “a razão”, etc. Em quarto lugar, a ênfase subjetivista impede a percepção das raízes profundas das ações e lutas sociais contemporâneas, onde se mistura atribuição de significados por parte dos sociólogos absorvidos pelo subjetivismo e crença na veracidade do discurso de determinados ativistas. Em quinto lugar, o problema metodológico, pois ao abandonar a categoria da totalidade e aderir a um reducionismo culturalista, não conseguem compreender nem os movimentos sociais e nem suas próprias raízes históricas e sociais. Outros problemas adicionais poderiam ser elencadas, além de problemas específicos de autores específicos, mas consideramos que estes são os principais e suficientes para mostrar a fragilidade da abordagem culturalista.

A abordagem culturalista traz alguma contribuição para a discussão sobre os movimentos sociais? O reconhecimento da importância da cultura para compreender os movimentos sociais é uma contribuição da abordagem culturalista, mas a forma como isso é feito acaba sendo mais prejudicial do que benéfico. O único mérito nisso está em enfatizar aquilo que as duas abordagens anteriores desconsideraram ou secundarizaram. Uma contribuição é que o fenômeno abordado pelos

representantes da abordagem culturalista é realmente os movimentos sociais (feminino, estudantil, etc.), apesar das ambiguidades e problemas no caso de alguns sociólogos específicos. As principais contribuições se encontram muito mais em autores isolados e elementos de sua produção do que no que é comum na abordagem culturalista.

### **Considerações Finais**

O nosso objetivo foi apresentar uma síntese de três das principais abordagens sociológicas dos movimentos sociais. Sem dúvida, outras poderiam e deveriam ser trabalhadas, mas isso demandaria mais espaço e pesquisa. Da mesma forma, seria necessário um aprofundamento da análise das três abordagens selecionadas, o que não foi possível aqui por questão de espaço e que demandaria um artigo específico ou obra mais extensa para cada uma delas. O objetivo de apresentar sinteticamente as três abordagens, no entanto, foi efetivado.

Outro elemento que devemos destacar aqui é a ausência da concepção marxista dos movimentos sociais. Sem dúvida, o marxismo é a teoria que melhor consegue abordar o fenômeno dos movimentos sociais, mas não seria possível apresentá-la aqui, pois o foco aqui foram em determinadas abordagens, ideológicas ou semi-ideológicas, o que gera sua exclusão.

Por último, é possível analisar as abordagens dos movimentos sociais buscando elencar suas contribuições ou

seus limites. O trabalho aqui realizado buscou realizar uma apresentação sintética geral e levantar de forma breve e mais sintética ainda, seus limites e possíveis contribuições. O resultado final é uma síntese geral de três das principais abordagens sociológicas do movimentos sociais, servindo como uma introdução geral. Toda introdução e síntese é apenas um convite para a reflexão e que necessita de aprofundamentos e desdobramentos. Enquanto análise introdutória, o presente trabalho cumpre com seu objetivo.

#### **Referências**

ALONSO, Angela. *As Teorias dos Movimentos Sociais: Um balanço do debate*. Lua Nova, num. 76, 2009.

ALONSO, Angela. Repertório, Segundo Charles Tilly: História de um Conceito. *Sociologia e antropologia*. v.02. 03, 2012.

BELL, Daniel. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*. Lisboa: Difel, 1969.

FRANK, André Gunder e FUENTES, Marta “Dez teses acerca dos movimentos sociais”. *Lua Nova*, 17, junho 1989, São Paulo, Cedec, 1989.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 3ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2002.

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.  
[54]

JACOBY, Russell. *Os Últimos Intelectuais: A Cultura Americana na Era da Academia*. São Paulo: Trajetória Cultural: Edusp, 1990.

KRIESI, Hans Peter. La estructura organizacional de los nuevos movimientos sociales en su contexto político. In: McAdAM, Dough; McCARTHY, John; ZALD, Mayer (orgs.). *Movimientos Sociales: Perspectivas Comparadas*. Madrid: Ediciones Istmo, 1999.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª Edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

McADAM, Doug. Orígenes terminológicos, problemas actuales y futuras líneas de investigación. In: McAdAM, Dough; McCARTHY, John; ZALD, Mayer (orgs.). *Movimientos Sociales: Perspectivas Comparadas*. Madrid: Ediciones Istmo, 1999.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney e TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, 76, 2009.

McCARTHY, J. e ZALD. M. Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial. *Movimentos Sociais*, Vol. 01, Num. 02, 2017. Disponível em:

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017. [55]

[http://redelp.net/revistas/index.php/rms/article/view/692/pdf\\_10](http://redelp.net/revistas/index.php/rms/article/view/692/pdf_10) acessado em: 14/10/2017.

MELUCCI, Alberto. *A Invenção do Presente*. Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento*. Movimentos Sociais e Confronto Político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.3, 2010.

TOURAINÉ, A. Movimentos Sociais. In: MARTINS, J. S; FORACCHI, M. M. (orgs.). *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

TOURAINÉ, Alain. *A Sociedade Post-Industrial*. Lisboa, Moraes, 1970.

TOURAINÉ, Alain. *Igualdade e Diversidade: O Sujeito Democrático*. São Paulo: EDUSC, 1998.

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.  
[56]

VIANA, Nildo. *A Mercantilização das Relações Sociais. Modo de Produção Capitalista e Formas Sociais Burguesas.* Rio de Janeiro, Ar Editora, 2016c.

VIANA, Nildo. Burocracia: Forma Organizacional e Classe Social. *Revista Marxismo e Autogestão.* Ano 02, num. 03, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jviana3/297> Acessado em: 31/13/2015c.

VIANA, Nildo. Estado e Movimentos Sociais. Efeitos Colaterais e Dinâmica Relacional. *Revista Café com Sociologia*, v. 6, n. 3, jul./dez. 2017b. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/902/pdf> acesso em: 31/12/2017b.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo.* 2ª edição, Rio de Janeiro: Rizoma, 2015a.

VIANA, Nildo. Movimentos Sociais e Movimentos de Classes: Semelhanças e Diferenças. *Revista Espaço Livre*, v. 11, n. 22, 2016b.

VIANA, Nildo. Movimentos Sociais e Organizações Mobilizadoras. *Revista Espaço Livre*, vol. 12, num. 23, 2017. Disponível em:

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017. [57]

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/653/56>

2 Acessado em: 14/10/2017a.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês*. Episteme Burguesa e Episteme Marxista. Curitiba: CRV, 2018.

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

VIANA, Nildo. *Senso Comum, Representações Sociais e Representações Cotidianas*. Bauru: Edusc, 2008.

WRIGHT MILLS, C. *A Imaginação Sociológica*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

**RESUMO:**

O artigo analisa três das principais abordagens sociológicas dos movimentos sociais: a abordagem institucionalista, a abordagem neoinstitucionalista, a abordagem culturalista, mais conhecidas como "teoria da mobilização de recursos", "teoria do processo político", "teoria dos novos movimentos sociais". A partir de uma breve exposição do contexto histórico e das principais teses apresentadas por estas três abordagens, há uma breve análise crítica e das contribuições de cada uma.

Palavras-chave: abordagem institucionalista, abordagem neoinstitucionalista, abordagem culturalista, mobilização de recursos, processo político, novos movimentos sociais

---

Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.  
[58]

**ABSTRACT:**

The article analyzes three of the main sociological approaches of social movements: the institutionalist approach, the neoinstitutionalist approach, the culturalist approach, better known as "resource mobilization theory", "political process theory", "theory of new social movements". From a brief exposition of the historical context and the main theses presented by these three approaches, there is a brief critical analysis and the contributions of each one.

Keywords: institutionalist approach, neoinstitutionalist approach, culturalist approach, resource mobilization, political process, new social movements

**RESUMEN:**

El artículo analiza tres de los principales abordajes sociológicos de los movimientos sociales: el enfoque institucionalista, el enfoque neoinstitucionalista, el enfoque culturalista, más conocido como "teoría de la movilización de recursos", "teoría del proceso político", "teoría de los nuevos movimientos sociales ". A partir de una breve exposición del contexto histórico y de las principales tesis presentadas por estos tres enfoques, hay un breve análisis crítico y las contribuciones de cada una. Palabras clave: enfoque institucionalista, enfoque neoinstitucionalista, enfoque cultural, movilización de recursos, proceso político, nuevos movimientos sociales.